

APOMAC PEDE MUDANÇAS NO GOVERNO, NA SAÚDE E NA HABITAÇÃO

Alguns “já deram o que tinham a dar”

Jorge Fão, membro da direcção da APOMAC, pede caras novas para o próximo Governo e habitação pública para quem nasce em Macau. Na saúde, o membro da Comissão Eleitoral diz que não há consenso sobre o novo hospital e que só o próximo Chefe poderá resolver o impasse. Fão está confiante que Chui Sai On vai alterar as regras para as pensões

ANDREIA SOFIA SILVA
andrea.silva@hojemacau.com.mo

A Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC) foi uma das entidades ouvidas ontem por Chui Sai On naquela que é a preparação para a candidatura a mais um mandato como Chefe do Executivo.

Jorge Fão, membro da direcção da APOMAC, pediu especificamente uma mudança política. “Disse ao Chefe [do Executivo] que os Secretários e alguns dirigentes de serviços devem ser radicalmente mudados, porque isso contraria a política seguida pelo Governo Central. Isto, porque o Governo Central também não permite que um dirigente fique num lugar directivo ‘sine die’. As pessoas que estão no lugar já deram o que tinham a dar”, disse ao HM.

“O Governo deveria ser mais generoso e liberal em relação aos nascidos em Macau”

JORGE FÃO Membro da direcção da APOMAC

“[Chui Sai On] não me respondeu e apenas comentou que as pessoas não podem ficar muito tempo. Isso pressupõe que vai mudar o elenco governativo. Deu mostras de que vai mudar algo”, acrescentou Jorge Fão.

Um dos pedidos feitos pela APOMAC prende-se com o pagamento, “nunca inferior a 70%”, da pensão de sobrevivência ao cônjuge viúvo de um trabalhador da

Função Pública. Isto porque actualmente o pagamento se cifra nos 50%, cuja atribuição e forma de cálculo está, para Fão, “incorrecta e desfasada da realidade”.

Chui Sai On terá confirmado aos dirigentes da APOMAC - Francisco Manhão, presidente, também esteve presente - que o próximo Governo vai mudar esta situação.

“O Chefe deu-nos a perceber que é intenção da Administração alterar esta parte do Estatuto dos Trabalhadores da Função Pública (ETFPM)”, defendeu Jorge Fão, exigindo, contudo, que “para uma reforma desta envergadura” sejam “ouvidas todas as associações ligadas a esta matéria”. Além disso, diz, “convinha criar um grupo de aliados”, para evitar que, quando o projecto for para a rua para se fazer uma consulta pública, comece a ter “muitas críticas”.

Para Jorge Fão, este é apenas um exemplo de como o Executivo deve mudar de postura na implementação de novas políticas. “Existem situações em Macau em que os projectos vão a consulta pública [e surgem problemas], porque as pessoas e instituições que deveriam ser ouvidas não foram. Como consequência, o Governo poderia ter alguns defensores das suas teses e criar uma massa defensora para debater caso houvesse críticas”, disse o dirigente da APOMAC.

HABITAÇÃO EM PROL DOS NATURAIS DE MACAU

Ao nível da habitação, os dirigentes da APOMAC pediram ainda uma mudança na forma de atribuição das casas públicas, para que os nascidos em Macau tenham maiores oportunidades de acesso. “O Governo não está a dar a devida atenção à população autóctone. A população indígena aqui nascida não tem quaisquer

ANTONIO FALCÃO



privilégios. Um filipino ou nepalês que vivam cá há 20 anos também [podem] concorrer para uma habitação económica ou social. Nessa fórmula de cálculo, deveria incluir-se um factor ou coeficiente a atribuir para aqueles que nasceram cá, que concorrem como se fossem pessoas que vivem cá há sete anos. O Governo deveria ser mais generoso e liberal em relação aos nascidos em Macau”, defendeu o também ex-deputado.

“Fala-se há muitos anos que vamos ter um hospital novo nas ilhas, mas não estou a ver aquele hospital funcionar nem daqui a quatro anos”

Na área da saúde, Jorge Fão defende que o sistema “funciona e não funciona”, mais “por razões de recursos

humanos e falta de vontade política, do que por falta de recursos materiais”, aponta.

Fão acredita que o novo hospital ainda não avançou porque não existe consenso e diz que o impasse só será resolvido pelo próximo Chefe do Executivo. “Fala-se há muitos anos que vamos ter um hospital novo nas ilhas, mas não estou a ver aquele hospital funcionar nem daqui a quatro anos. Penso que não existe consenso no seio dos dirigentes da saúde pública sobre qual o sistema hospitalar a seguir. Será o de Portugal, o da China? De Singapura?”, questiona. “Por conseguinte, as estruturas físicas não podem ser erigidas. Penso que, aqui, o Chefe tem de tomar uma decisão. Não basta deixar ao critério do director dos serviços, assim não vai avançar”, considerou Jorge Fão.

Sobre a candidatura de Chui Sai On a um novo mandato, Jorge Fão considera que o actual líder do Executivo — e único candidato a próximo mandato — tem “cinco anos para mostrar que é um bom Chefe”. “Pode fazer mais e melhor”, considera o também membro da Comissão Eleitoral que vai escolher o próximo líder do Governo. ◀

SUBSÍDIO DE RESIDÊNCIA LEI DEVE MUDAR

Apesar do Tribunal de Última Instância (TUI) ter dado o veredicto final no que diz respeito à não atribuição do subsídio de residência, Jorge Fão não concorda com o acórdão, que considera “injusto e incorrecto”. “Só vejo que, apenas pela via política, se possa ultrapassar essa situação. O Governo, sendo ele o promotor desta legislação, que tome a iniciativa de pedir uma pequena alteração ao diploma e dizer que aquela parte abarca todos os aposentados, seja antes ou depois de 1999”, aponta o responsável, que lembra que entidades como o Ministério Público e o Comissariado contra a Corrupção defenderam o pagamento desse subsídio.

APOMAC AINDA À ESPERA DE UM NOVO PISO



Um dos pedidos feitos pela APOMAC ao Governo e que continua sem resposta prende-se com a cedência de mais um piso para a associação, por forma a expandir a clínica de cuidados médicos e a aceitar mais associados, já que existe uma lista de espera. “Criámos a clínica, porque achamos que o hospital público não funciona. Andamos há três ou quatro anos a pedir mais um espaço (...). O Governo dá uns míseros subsídios e acha que a obra está feita. Os Serviços de Saúde não querem ceder uns pisos que servem como armazém, quando nós damos apoio ao hospital. Há falta de vontade”, lamenta Jorge Fão.